

“LIDANDO COM AS HOMOSSEXUALIDADES” – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DEBATE

Anderson Ferrari*
Elizabete Franco**

Resumo

Este artigo tem como objetivo a problematização do curso “Lidando com as homossexualidades”, organizado por um grupo gay no âmbito do Projeto “Brasil sem Homofobia”. A partir da perspectiva pós-estruturalista, o artigo debate os discursos sobre homossexualidade e a produção de “verdades” e “sujeitos” que se processam na sociedade, nas escolas e no curso.

Palavras-chave: Homofobia. Formação de professores. Grupos gays. Homossexualidade.

“LIDANDO COM AS HOMOSSEXUALIDADES”

No ano de 2006 foi colocado em vigor, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Programa do Governo Federal denominado *Brasil sem Homofobia*, que se constituiu numa política pública voltada para a defesa dos direitos homossexuais. A Educação foi um campo contemplado no âmbito desse programa, que também pode ser pensado como uma resposta do Estado à pauta de reivindicação de grupos da sociedade civil que, há algum tempo, vêm demandando ações continuadas e políticas públicas para além da Saúde e da prevenção ao HIV/aids. Nesse sentido, o programa também fortaleceu os vínculos do governo com os grupos do movimento social organizado ao redor da causa. Dos quinze projetos aprovados, quatorze foram propostos e implementados por grupos gays organizados, tendo como preocupação a formação de professores (as).

Um dos grupos que teve sua proposta de trabalho aprovada foi o MGM (Movimento Gay de Minas), que organizou um curso de “capacitação”, intitulado “Lidando com as homossexualidades”. A criação desse curso está intimamente vinculada à história e à ação do grupo na cidade de Juiz de Fora/MG. Anualmente acontece um seminário intitulado “Homossexualidades e escola”, realizado por ocasião do *Rainbow Fest*, um festival que tem como objetivo trazer a discussão das homossexualidades para a cidade. O evento ocorre por uma semana, sempre no mês de agosto, envolvendo exposições, debates públicos no campo da justiça, das mídias, do turismo GLTB, exibição de filmes de temáticas gays e lésbicas e um seminário de educação de dois dias, abrindo o evento. Essas ocasiões sempre representaram um momento em que as/os professoras(es) expunham suas dúvidas, angústias, deficiências, experiências, dificuldades. Ao final sempre deixavam claro a “vontade de saber” ainda mais, reivindicando uma ampliação desse momento em algo mais durável, permanente e aprofundado. Essa demanda, associada ao surgimento do Programa “Brasil sem Homofobia”, fez com que o grupo se organizasse na elaboração de uma proposta de curso de “capacitação” de professoras(es).

* Doutor em Educação pela UNICAMP, professor do C. A. João XXIII e do PPGE/UFJF. aferrari13@globo.com

** Doutora em Educação pela UNICAMP, professora da EACH/USP – Leste. btfranco@uol.com.br

Assim, foi importante definir os temas que seriam trabalhados, o que fez com fossem selecionados dez pontos: 1. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*; 2. *Relação de Gênero*; 3. *Direitos Sexuais*; 4. *Comportamento, expressões da sexualidade e homossexualidade*; 5. *O papel da escola na orientação sobre sexualidade*; 6. *Homossexualidade e sociedade*; 7. *Homossexualidade, mídia e arte*; 8. *Saúde Sexual*; 9. *Desconstruindo estereótipos*; 10. *A homossexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. A escolha desses temas partiu do pressuposto de que os mesmos ou são pouco trabalhados ou estão ausentes tanto nos currículos das formações iniciais das licenciaturas como no cotidiano das escolas. É nesse hiato entre graduação e trabalho na escola que o MGM pretendeu intervir, no sentido de preencher as lacunas dessa relação.

A pretensão do grupo era trabalhar com 160 professoras(es). Para isso buscou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que teria como função liberá-las(los) para que pudessem participar do curso, além de ser responsável pela divulgação nas escolas. Diante da dificuldade de tal liberação, buscou-se organizar o curso repetindo cada tema em dois dias seguidos, com horários alternativos, de forma que as(os) professoras(es) não fossem obrigadas(os) a deixar suas aulas para participar. O objetivo principal era buscar o maior número possível de participantes e, no balanço final, foram contemplados com o curso 110 professoras(es).

A partir das observações dos processos vivenciados no decorrer do curso e da avaliação dos participantes, este artigo pretende problematizar a relação da construção das homossexualidades com o trabalho dos grupos gays no seu envolvimento e interesse pelo campo da educação, sobretudo com a dedicação à formação das(os) educadoras(es). Portanto, busca-se colocar em discussão como as construções das identidades, das diferenças, das sexualidades e das homossexualidades estão presentes nesse trabalho de formação.

A disposição para escrever este texto partiu da inquietude advinda de questões que nortearam nossas reflexões: como as relações estabelecidas entre uma ONG e professores, no âmbito de um curso de formação, estão contribuindo para fortalecer a articulação entre discursos, saberes e poderes, tanto na formação dos educadores quanto na constituição do que é ser homossexual? Como estamos lidando com uma cultura que entende a sexualidade como local em que se apresentam (ou se escondem) as nossas verdades, nossas identidades? Como ela abre possibilidades de nos conhecer e conhecer os outros? Como as construções sociais, culturais, históricas, discursivas vão marcando a existência e as (im)possibilidades dos sujeitos?

As respostas para essas questões e as análises de um curso como esse poderiam ser desenvolvidas a partir de vários olhares – no campo do currículo, na formação de professores, na relação entre movimentos sociais e educação e mesmo na interlocução entre esses campos de conhecimento. No entanto, nesta oportunidade privilegiou-se o campo das sexualidades, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista.

A seguir apresentamos algumas reflexões sobre as homossexualidades, oferecendo um breve panorama da perspectiva teórica que nos orienta e, posteriormente, nos dedicamos à problematização do curso.

SEXUALIDADES E HOMOSSEXUALIDADES – AS ARMADILHAS DA HOMOGENEIDADE

Foucault, no início da *História da sexualidade I*, já chamava atenção para a nossa relação com a sexualidade, destacando como nos sujeitamos, ainda hoje, ao *regime vitoriano*. A sexualidade, no século XIX, mudou-se para dentro de casa, para o quarto do casal monogâmico, heterossexual e procriador. Entendida como parte do espaço privado e reservada ao casal, é essa sexualidade que tem o direito de falar, que vai impondo-se como

o modelo de sexualidade legítima, como norma, aquela que detém a verdade de cada um. O que escapa a isso deve-se esconder, evitar aparecer, constituir-se como segredo. Nesse sentido, o século XIX foi o palco no qual se construiu, em torno da sexualidade, os binarismos da norma e da anti-norma, do que pode e do que não pode, do “certo” e do “errado”.

Esse domínio da anomalia funcionou a partir de três elementos: “O monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora” (FOUCAULT, 2001, p. 69). A sexualidade vai estar presente nesse domínio da anomalia desde o seu início. Primeiro porque o campo geral da anomalia vai inaugurar a preocupação com a classificação e com o policiamento. E, segundo, porque serão identificados e apresentados variados casos particulares de anomalia, caracterizados como distúrbios sexuais (FOUCAULT, 2001). Pensando que a homossexualidade também foi construída nesse contexto, parece difícil entendê-la sem levar em consideração a constituição desse domínio da anomalia.

E temos a grande série dos alemães, com Krafft-Ebing, e, em 1870, o primeiro artigo especulativo, teórico se vocês quiserem, sobre a homossexualidade, escrito por Westphal. Estão vendo, pois, que a data de nascimento, em todo caso a data de eclosão, de abertura, dos campos da anomalia e, depois, sua travessia, se não seu policiamento pelo problema da sexualidade são mais ou menos contemporâneos (FOUCAULT, 2001, p. 212).

Foucault (1988) ressalta que o importante não é entender esse domínio como simples expressão da representação, mas como a constituição de um novo mecanismo de poder. Quando se nomeiam essas formas de expressão, assim como aconteceu com a homossexualidade e outras sexualidades “marginalizadas”, não se trata apenas de listá-las ou excluí-las do real. Os mecanismos de poder que se inauguram estão mais ligados ao adestramento, à vigilância e à confissão do que à penalidade, trazendo para a discussão novos campos de conhecimentos dis-

postos a construir discursos inesgotáveis e corretivos, como a medicina e a educação, por exemplo. “Graças a esse apoio o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele” (FOUCAULT, 1988, p. 42-43). Sendo assim, o homossexual torna-se uma personagem:

[...] um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Ainda é com essa visão do homossexual como personagem, capaz de ser identificado pela face e pelo corpo, como sendo um segredo que se trai, como algo que é do sujeito sem ter como fugir ou esconder, que o senso comum, os grupos gays e as(os) professoras(es) parecem lidar, entendendo a homossexualidade e produzindo discursos presos ao século XIX. Para Flandrin, “não somos livres para recusar nossa herança: ela está grudada à nossa pele. E quanto mais quisermos ignorá-la, mais seremos seus prisioneiros” (1988, p. 8). Essa é uma constatação relevante para entender o interesse dos grupos gays pela educação, assim como o trabalho de produção de discursos e práticas, que estão em vigor no curso de “capacitação de professores em homossexualidade”, uma vez que a escola também se vê enredada numa herança binária, normativa e estigmatizadora das diferenças.

Pouco a pouco, o homem foi incorporando uma prática constante de vigilância em relação a si próprio, atento aos menores movimentos que se manifestam no seu corpo e no seu pensamento, buscando entender e classificar esses movimentos. É o que Foucault (1987) chama de “prática de discriminação”, que estaria no cen-

tro da tecnologia de si mesmo, desenvolvida através da preocupação em distinguir, no pensamento, sua origem, sua qualidade, o objeto e o prazer que ele evoca. “Tarefa de análise permanente que é necessário fazer sobre si mesmo, e, pelo dever de confissão, em relação com os outros” (FOUCAULT, 1987, p. 36).

O que Foucault (1987) pretende mostrar com isso é que o campo da sexualidade não foi se tornando, simplesmente, um lugar de proibições, de vigilâncias e de desqualificação do ato sexual, não se tratando de descrição e interiorização de várias interdições. Mais do que isso, da forma como ele foi organizado, abriu um novo domínio: o do pensamento. Irregular e espontâneo, constituído por imagens, por lembranças, por histórias vividas e compartilhadas, por percepções e representações construídas numa cultura, num tempo e lugar, com movimentos e impressões que vão do corpo à mente num processo de “mão dupla”. Nesse sentido, o que importa não é o que está no campo do proibido ou do permitido, mas “toda uma técnica para analisar e diagnosticar o pensamento, suas origens, suas qualidades, seus perigos, seus poderes de sedução, e todas as forças obscuras que podem se ocultar sob o aspecto que ele apresenta” (FOUCAULT, 1987, p. 37).

A homossexualidade é uma produção social, histórica, relacional, heterogênea, coletiva e individual, além de estar em constante construção e negociação. Essas características não permitem pensar a existência da homogeneidade. Nesse sentido, recuperando a história da homossexualidade, é possível perceber o surgimento das experiências como discurso e suas repercussões sociais. Assim como a heterossexualidade serve para indicar práticas variadas, a homossexualidade também sugere experiências em que a atração por pessoas do mesmo sexo não é suficiente, enquanto qualidade característica que definiria o comum a todas elas.

Segundo Costa (1992), foi atribuída aos homossexuais uma identidade homogênea que seria a “marca”

capaz de identificá-los a partir, por exemplo, de comportamentos, trejeitos, fala, e, sobretudo, o desejo pelo mesmo sexo, como se isso fosse suficiente para se identificar como homossexual. Nesse sentido, considerando apenas algumas características (do desejo ou de comportamentos), há um processo de inclusão grupal que leva à homogenização dos sujeitos homossexuais.

Essa crítica também parece servir para pensar o trabalho do grupo gay no curso de capacitação, que mantém esse tipo de ação homogenizadora, não só no que diz respeito aos seus membros, como também de algum modo expande esta perspectiva para a sociedade, reafirmando o que Foucault apontava como uma das marcas da construção da sexualidade, ou seja, a vigilância constante consigo mesmo e com os outros, a confissão para si e para o grupo de suas práticas e desejos e a distinção e classificação de seus pensamentos, desejos e atitudes.

É interessante observar que os grupos organizados, ao mesmo tempo que inventam novas possibilidades, também estão enredados na mesma lógica normatizadora. Eis mais um motivo para problematizarmos e refletirmos continuamente a respeito dos processos de captura nos quais estamos inseridos.

Entender a homossexualidade é uma tarefa complexa. Ela pode ser compreendida como reveladora do jogo de força que rotula e nomeia, de forma desigual e arbitrária, as pessoas. A classificação da homossexualidade não leva em consideração o fato de que a população homossexual não é homogênea, assim como a preferência sexual e a vivência dessa preferência (COSTA, 1992). Nessa dinâmica é interessante pensar os desafios e as potencialidades de se trabalhar com essa perspectiva de entender a homossexualidade como homossexualidades, ou seja, no plural. O que isso representa para o entendimento dessas questões no contexto escolar e nos objetivos daquelas(es) que procuram o curso, muitas vezes motivadas(os) pela busca de uma certeza e de uma verdade, ou seja, por algo que dê segurança e que possa

ser aplicado na escola no dia seguinte. Trabalhar com as homossexualidades, evitando a construção de algo típico parece estar muito mais voltado a colocar em discussão as relações de poder e de saber que estão servindo para a organização dessas identidades, do que propriamente “defini-las”. O investimento está na problematização do campo de luta de construção dessas identidades, sobretudo no combate aos binarismos. Um grupo organizado a partir de identidades inscritas no campo da “anormalidade”, que escolhe um local consolidado socialmente como de “normalidade” – que é a escola – e propõe um curso de formação docente. O curso representa, em certo sentido, uma tentativa de entrar no espaço da normalidade, conquistar um local de saber e de poder importante para a negociação das identidades.

Escolher para a formação de professoras(es) um tema, de certa forma, desvalorizado, estigmatizado, que faz parte do domínio dos “menos dignos” da vida social, significa pensar que a sociedade não deve ser estudada apenas pelo lado de seus valores “positivos”, do que é aprovado, mas por todas as manifestações da vida social. Todas as manifestações sociais devem ser levadas a sério, pois expressam não somente o significado humano, mas também revelam um pouco sobre o pensamento político de seu tempo, mesmo porque definir um grupo como “normal” ou “desviante” é sempre uma postura política. Quem define um ou outro está exercendo o poder de discriminar e classificar.

A definição do que é homossexualidade e as práticas associadas a essa definição são, acima de tudo, construções históricas relacionadas com o todo da sociedade; isso porque as diferenças entre os sexos não podem ser explicadas apenas pelos termos biológicos, mas também pelos papéis sociais que cada sociedade forja para os sexos e pelas relações de poder-saber-verdade, que organizam os discursos que produzem indivíduos, subjetividades e (im)possibilidades de movimentação no contexto social. Assim sendo, em cada contexto, existe o comportamen-

to considerado apropriado aos homens e às mulheres, de acordo com sua posição social. Qualquer “desvio” desses comportamentos “adequados” é reprimido na tentativa de recuperar o “bom comportamento”. Assim como a homossexualidade, a diferença entre o masculino e o feminino é uma invenção historicamente datada dos finais do século XVIII. Tanto uma como a outra permitem olhar o real e são frutos dessa preocupação com conceitualização, própria do mundo moderno. No entanto, o que parece ser mais importante de se destacar, a partir dessas invenções, é como a homossexualidade se insere no que Foucault (1988) chama de “erotismo discursivo generalizado”, obrigando a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente. O que parece possível problematizar é essa relação da necessidade e da incitação à produção discursiva permanente com a organização do curso de formação dos professores e a própria lógica de constituição dos grupos. O curso parece se inserir nessa necessidade, que é interminável, sempre incompleta, insatisfeita e mesmo insuficiente.

Segundo Foucault (1988), desde o século XVIII nossa sociedade se caracterizou por essa preocupação em torno do sexo, produzindo uma variedade de conhecimentos e de aparelhos criados para se falar dele, para fazê-lo falar, “para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz” (1988, p. 35).

Nesse sentido, a homossexualidade como objeto e o homossexual como personagem foram se tornando algo a ser revelado, conhecido, dominado, capturado e trabalhado. No seio dessa discussão é possível pensar a proposta do curso, a procura dos professores, o investimento dos grupos, o interesse da Secretaria de Educação, enfim, todo um processo que vai se organizar a partir da “vontade de saber” mais sobre essa orientação sexual “tão diferente e específica”. Isso pode ser encontrado nas falas das(dos) professoras(es) ao justificarem a participação no curso: “acredito que o tema homossexualidade deve ser discutido e pretendo com o curso obter maiores informações

e conhecimento que auxiliem na minha prática”, “quero buscar conhecimento, uma vez que alunos homossexuais estão presentes cada dia mais no contexto escolar e nem sempre sabemos como lidar com determinadas situações”, “gostaria muito de saber mais sobre os homossexuais e como trabalhar com eles na escola”, “procurar sanar algumas dúvidas e como relacionar-me melhor com estes alunos e alunas dentro e fora da escola”.

Assim as(os) professoras(es) vão ao curso e ao grupo, por saber que lá irão encontrar “os homossexuais”, que irão fornecer as “verdades” e as informações úteis a serem utilizadas na escola, uma vez que “agora” os homossexuais estão “aparecendo” nela. E, de algum modo, toda essa lógica também está como pano de fundo para a organização de um curso como o proposto pelo grupo.

PROBLEMATIZANDO O CURSO

Nas últimas décadas, a formação de professores em sexualidades vem ganhando força em função de vários fatores. Um deles é o diálogo desse campo de ação com a produção de pesquisas que envolvem a relação entre gênero, sexualidade e educação, que, segundo Felipe (2007), ganhou considerável visibilidade no meio acadêmico, bem como nos movimentos sociais, nas “organizações não governamentais, na militância político-partidária, ocupando também importante espaço nas políticas públicas” (2007, p. 78).

Outro fator que dialoga com o primeiro é o fortalecimento da relação entre educação, sexualidade e saúde, a partir do surgimento da epidemia da aids. A doença foi capaz de dar origem a variados debates em diferentes campos do conhecimento, como a Medicina, o Direito, a História, a Sociologia, a Educação e tantos outros. O desafio de enfrentar a doença foi mais forte para alguns grupos – em especial para os homossexuais masculinos, que foram mais atingidos –, nesse início de epidemia e na luta contra a dimensão social da aids, que gerava violência, discriminação e preconceito, tornando-os “culpados” pela difusão da doença.

Partindo do referencial pós-estruturalista, que considera a importância dos discursos na produção dos sujeitos – dos professores, dos alunos, dos homossexuais – produzindo e “definindo” identidades, o espaço reservado para cada um, a relação com o outro e consigo mesmo, passamos a considerar a relevância desses dois fatores para colocar em discussão o interesse dos grupos gays pela Educação. Conhecer e controlar os desejos, as emoções, os pensamentos e as ações passaram a se impor a cada um como forma de autoconhecimento e necessidade de construir e dizer, pelo menos para si, as “verdades” pessoais. Para isso, as instituições se tornaram o lugar privilegiado de trocas e de exercício dessas necessidades e imposições. As escolas, as universidades, as empresas privadas associadas a secretarias municipais e estaduais de educação, os grupos gays, dentre outras instituições, passaram a representar espaços de possibilidades dessas construções e da formação de professores. A educação foi se tornando o centro das atenções, o que resultou em diferentes investimentos: políticas públicas que deram origem a programas federais, produção de material didático voltado para as escolas e para a formação dos educadores, preocupação com a formação e informação de educadores e, por consequência, dos adolescentes em tempos de aids.

Aspectos importantes chamam atenção nesse interesse dos grupos pela educação e, principalmente, pela formação de professoras(es) e dos adolescentes, além da aproximação com o Estado.

A elaboração de um curso de “capacitação” passa pela dedicação, pela escolha de temas a serem abordados e pela produção de material escrito, o que é de fundamental importância para os grupos, desde o seu surgimento no final da década de 70. Importante por um lado, porque serve para fazer “propaganda” de todo trabalho realizado, buscando motivar a participação de novos integrantes. Por outro lado, porque é uma forma de ampliar a militância, entendendo que essa ação busca atingir aqueles que não estão no grupo, que não conhecem e não assumem a

luta pelos direitos homossexuais como uma causa social. Enfim, é uma aposta na mudança de comportamento e de entendimento das homossexualidades através das oportunidades educacionais que se apresentam ou dos espaços sociais que conseguem acessar.

Nesse sentido, podemos pensar que o interesse dos grupos e, especificamente do MGM, por um curso que invista na formação docente, tem o sentido de chamar a atenção para a necessidade de se modificar a realidade nas escolas e, ao mesmo tempo, fortalecer o grupo e sua causa. O empenho parece girar em torno do questionamento das relações de homofobia que circulam nas escolas. Nesse sentido, o curso é sempre uma oportunidade a mais para contar a história dos grupos, seus objetivos, campos de atuação, projetos, divulgar vitórias, enfim, aproximar as(os) professoras(es) da luta contra a homofobia, fortalecendo o grupo como local de problematização das homossexualidades, de busca de conhecimento e de apoio para as ações no interior das escolas.

No curso “Lidando com as homossexualidades”, por exemplo, além de textos e artigos discutindo as questões que envolvem a construção das sexualidades e das homossexualidades, foram disponibilizados às(aos) participantes variados tipos de produção do grupo, como revistas, materiais publicitários, jornais, porta-preservativos, enfim, elementos que foram distribuídos no curso, mas que são também direcionados a outros espaços, como às escolas, e que, portanto, podem ser utilizados para divulgação, ampliando o trabalho da ONG.

Além disso, há sempre a preocupação de manter a participação dos membros na condução do curso, de forma que possam falar a partir de suas experiências, o que serve para dar um entendimento do que é a homossexualidade. É o próprio “objeto” falando de sua construção, o que aguçava a curiosidade e o envolvimento das(dos) professoras(es). Como consequência, muitos são convidados para falar sobre a homossexualidade nas escolas, seja para professoras(es) ou para alunas(os). Assim, o curso se prolonga e não fica

restrito ao espaço e ao momento de capacitação. O investimento é sempre pela mudança de comportamento em relação às homossexualidades, tanto no interior da escola quanto fora dela, problematizando o que sabem, o que conhecem, e como lidam com essas expressões da sexualidade, mas também introduzindo novas possibilidades.

Atuar nesse campo de produção de conhecimento representa, para os grupos, a possibilidade de colocar em prática um dos seus objetivos: o de desconstruir determinados discursos, imagens e práticas, contribuindo para construir novos conhecimentos e imagens mais positivas e menos preconceituosas em relação às homossexualidades. Conhecimento, aqui, significa adquirir o saber do grupo, a partir da história e de determinado entendimento da homossexualidade, que pode ser usado na direção de dizer o que deve ser feito em relação ao tratamento das homossexualidades na escola.

O curso, a produção e a utilização dos materiais demonstram a preocupação de fazer dessas ocasiões momentos privilegiados para questionar quais os discursos estão circulando entre as(os) professoras(es) na produção dos sujeitos homossexuais e das homossexualidades, construindo uma “verdade” e uma ideia de grupo. O que parece estar em jogo são os processos de produção de identidades, ou seja, de demarcar os limites, as fronteiras, de incluir e de excluir, de nomear, de classificar alguns sujeitos segundo determinados padrões.

Todo grupo tem a necessidade de se proteger, de afirmar sua existência e de servir de estímulo externo e de pulsão para o seu grupo mais abrangente. E ele só concretiza essas ações se for capaz de construir para si, através de seus membros e para os seus membros, um sentido de pertencimento em cada um deles, fazendo com que assumam a perspectiva defendida e a luta como sendo suas (o grupo se torna o indivíduo) e também buscando agir na cultura circundante e nas imagens, discursos e representações coletivas do grupo (ANZIEU, 1993).

O que parece estar em jogo para os grupos é uma disputa política em torno das identidades sexuais e de gênero, visto que combater a homofobia tem relação com a discussão das construções das relações de gêneros e, principalmente, com o combate ao machismo e com novas possibilidades de vivências das masculinidades e das feminilidades. Essa disputa política é realizada no dia a dia, em diferentes e diversas instâncias sociais, sendo a escola e o currículo um campo privilegiado e de fundamental importância para os grupos (LOURO, 1998). Nesses campos de produção discursiva a luta parece ser travada entre, de um lado, o discurso hegemônico da heterossexualidade como norma, como algo “natural”, e, de outro, a emergência de discursos advindos dos grupos sociais não hegemônicos, como os gays, que buscam se mostrar e serem ouvidos. Nesse sentido, além de ajudar as(os) professoras(es) a problematizar e lidar com as homossexualidades, o curso também parece criar espaços no ambiente escolar para que meninos e meninas possam se reconhecer como tais e talvez possam participar dos grupos. Para que o homossexual e a homossexualidade existam é necessário dizer o que é ser homossexual, de forma que esses discursos produzam “sua natureza”. São indivíduos que não existem por força de fatores biológicos, não são fatos naturais, mas são criações discursivas, que condicionam maneiras de ser, de viver, de sentir, de pensar, de amar e de sofrer. São seres verbais produzidos em meio a um jogo de poder e de mecanismos de produção de verdade, jogo em que os grupos gays participam efetivamente. A escola e o currículo não ficam de fora desta trama discursiva, mas participam desse jogo, significando para os grupos a possibilidade de modificar essa situação e fortalecer a causa que representam.

Assim, a escolha dos temas do curso não pode ser entendida como mero recurso transmissor de conteúdo, ou mesmo de representações sociais das homossexualidades que estão nos grupos, mas sim como elemento produtivo de discursos e subjetividades, que são carregados

de sentidos e representações. A luta por novas identidades sexuais constitui-se numa forma de representá-las, na medida em que as constrói e as legitima.

A seleção do que deve ser trabalhado e a produção de discursos significam uma tomada de posição dos grupos na luta pelo rompimento do silêncio que impera nas escolas e pelo seu reconhecimento como local de produção de saberes. É uma voz que está entrando no jogo de incluir e excluir sujeitos e conhecimentos e, nesse sentido, buscando definir tanto as identidades ou os saberes que devem fazer parte do currículo, quanto a forma como essas identidades e saberes deverão ser aí representados. Esse jogo de disputa entre calar e falar, desconhecimento e conhecimento, estar dentro ou fora, excluir e incluir, valorizar ou desvalorizar, está repleto, organizado e perpassado o tempo todo por relações de poder.

“QUEM O CURSO PENSA QUE VOCÊ É?”

O modo de endereçamento é um termo originário dos estudos de cinema, que envolve teoria, política e mudança social (ELLSWORTH, 2001). Os textos, os filmes, as propagandas, as revistas, as aulas e também os cursos são feitos para alguém, pensando no público alvo, ou seja, quem o curso pensa que você é? No caso em estudo, essa preocupação serviu para a elaboração da proposta e para a organização do curso. Já havia uma demanda destinada aos diretores por parte dos professores que participavam de outros encontros, de forma que o grupo já tinha em mente o que queria. No entanto, o curso tinha a pretensão de atingir aqueles que nunca tinham participado dos eventos organizados pelo grupo. Em meio a essas duas situações, algumas questões nortearam a proposta: quais as deficiências dos professores? O que eles querem? O que eles sabem e querem saber a respeito das homossexualidades? Como lidam com as homossexualidades? O que eles têm como dúvidas?

Todo curso de “capacitação” parece se organizar a partir dessas questões. Senão dessas especificamente, pelo menos por duas constatações que fornecem um retrato sobre seus participantes imaginados ou reais, ou mesmo sobre ambos. Por um lado, parte da “certeza” de que as licenciaturas que formam professoras(es) foram deficitárias ou insuficientes naquilo que o curso pretende trabalhar. Por outro lado, coloca em vigor um sentimento de que alguém tem que “fazer alguma coisa” diante de um contexto adverso, permitindo, no caso dos grupos gays, que estes sintam-se compromissados com a mudança social.

O curso não se distanciou dessas motivações. Considerando as avaliações finais e o processo vivenciado pelas (os) professoras(es) é possível afirmar que essas questões também são compartilhadas pelas pessoas que procuram por ele, interessadas, assim como os grupos, na mudança social. Nesse encontro, cabe questionar até que ponto o curso poderá ser capaz de mudar, influenciar ou acompanhar as respostas das(dos) professoras(es)? Talvez esse seja um público mais propício para essa mudança, uma vez que já procuraram o grupo e o curso, demonstrando certa predisposição para colocar em discussão suas práticas, informações, formações acadêmicas e conhecimentos. O maior desafio parece estar nas escolas, já que muitas(os) professoras(es) mantêm-se nas suas posturas habituais, sem sequer “olhar” para o que ocorre no interior das salas, nos corredores, recreio, enfim, não estão dispostos a modificar-se. Foram muito frequentes telefonemas para o grupo com questões como: “Quem vai dar o curso é homossexual?” “Vocês vão colocar as mãos na gente?”, “Tem aquelas dinâmicas de olhar no olho?”, “Eu quero fazer o curso, mas tem que ir aí no grupo?”. Além disso, muitas professoras(es) contavam as brincadeiras a que estavam sujeitas(os) nas escolas, por parte dos outros professores, por estarem participando de um curso com essa temática e organizado na sede do grupo.

Assim como o grupo lida com o modo de endereçamento, as(os) professoras(es) que participaram do curso

também estão movidas(os) por essa perspectiva, também estão trabalhando com a questão: Quem as(os) professoras(es) pensam que o grupo é? Quem as(os) professoras(es) pensam que o homossexual é? Nesse sentido, o que vão buscar nesse curso, que parte dessas duas questões e retornam a elas? Como ressalta Ellsworth, “essas questões têm a ver com a relação entre o “social” e o “individual” (2001, p. 12). Isso significa pensar: qual a relação do curso e das homossexualidades com as experiências das(dos) professoras(es)? O que elas(eles) pensam? O que veem, o que compreendem e o que desejam tem relação com o social. A homossexualidade não é simplesmente uma atividade sexual de ocupação do corpo, mas, sobretudo, discurso, investigação, conhecimento, criação de significados, troca simbólica, enfim, herdeira legítima da “vontade de saber” (FOUCAULT, 1988). Mecanismos que ocorrem como investigação e apropriação do próprio corpo e do corpo do outro, que passa pela falta, pelo desejo e pelo prazer, investigações que jamais são satisfeitas, exigindo sua repetição e retorno constantes. É nesse espaço aberto que os grupos gays desenvolvem e organizam sua luta, ao mesmo tempo em que preenchem e realizam essa dinâmica de organização da realidade, contribuindo para sua contínua necessidade de retorno, de repetição e de transformação.

A proposta de elaborar o curso e os sentidos atribuídos a ele, tanto pelo grupo quanto pelas(os) professoras(es), são sempre relacionais, ou seja, uma resposta da relação entre o eu e o eu, o eu e o outro, o conhecimento e o poder. Parte do curso é uma resposta que o modo de endereçamento solicita – a mudança de postura dos profissionais de educação, refletindo num olhar problematizador para os processos de construção de identidades que têm a escola como campo de poder. A aposta e a força desse projeto estavam na desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, combatendo o preconceito, a discriminação e a homofobia no contexto escolar.

Mas as(os) professoras(es) nunca são exatamente quem o curso pensa que elas(eles) são, porque a forma como cada um vai lidar com o curso e com

o modo de endereçamento advindo dele depende da distância entre o que cada um pensa que o outro é (ELLSWORTH, 2001). Como nos ensina Ellsworth (2001, p. 21), “não existe, nunca, um único e unificado modo de endereçamento”. Com base nos questionários de avaliação foi possível conhecer o público e construir o retrato dos participantes. Dessa forma, foi possível perceber que o objetivo inicial foi atingido, ou seja, abranger o público a que se destinava o curso – professoras(es) que estavam na sala de aula ou atuando em cargos administrativos na escola –, o que possibilitava levar o curso para dentro da escola, com ações efetivas no combate à homofobia e o desenvolvimento de projetos que visavam trabalhar com as homossexualidades. Também estavam presentes graduandos das licenciaturas e profissionais de outras áreas que interagem com a educação, tais como Psicologia e Direito. No entanto, isso não garante aquilo que poderia ser chamado de “o sucesso do curso”, já que entre o que o curso propõe e os professores há sempre um *erro* (ELLSWORTH, 2001). As(os) professoras(es) nunca serão aquilo que o curso pensa ou quer que sejam, assim como o curso nunca será exatamente o que as(os) professoras(es) pensam ou querem que seja.

Ao mesmo tempo, cabe salientar que, para as(os) professoras(es), o grupo gay representa um dos locais de possibilidade de construção da homossexualidade. Respondendo a questão “o que você espera do curso?”, aparecem as seguintes respostas: “me capacitar melhor para ter mais segurança e conhecimento para lidar com mais respeito e compreensão para com os homossexuais”, “compreender um pouco mais sobre as perspectivas de se trabalhar a homossexualidade na escola”, “interesse em saber mais sobre a questão para lidar melhor no dia a dia”. Dois motivos parecem organizar esse entendimento do grupo como local de aprendizagem. Primeiro, porque trata-se de um grupo formado por homossexuais e, ainda hoje, prevalece a ideia de

que só quem vive pode falar e elaborar um conhecimento a respeito daquilo que vivencia. Segundo porque, como citamos anteriormente, o grupo em questão já tem uma tradição na cidade de elaboração de seminários com a finalidade de trabalhar com a construção da homossexualidade. Em função disso, o grupo tornou-se o responsável por dizer as “verdades” do que vem a ser a homossexualidade e o homossexual. A sociedade, de forma geral, fornece esse poder, que é assumido pelos próprios grupos, que se sentem os únicos e os legítimos representantes dessa forma de expressão, assumindo para si esse poder e esse prazer de falar em nome de todos os homossexuais, de “revelar” as “verdades”. Pensando que o grupo e as(os) professoras(es) estão ordenadas(os) a partir dos modos de endereçamento, é possível pensar que ambos estão organizados a partir da questão “quem eles pensam que são, em relação a si próprios, aos outros e às paixões e tensões sociais e culturais do momento” (ELLSWORTH, 2001, p. 14). Não só o grupo e as(os) professoras(es) estão constituídos pelo modo de endereçamento, pelo que pensam a respeito de si mesmo e a respeito do outro, mas ambos estão trabalhando com o modo de endereçamento em relação à homossexualidade e ao homossexual, ou seja, o que eles pensam que são a homossexualidade e o homossexual.

O curso se torna um grande aliado e lugar de busca de “capacitação” e segurança para aprimorar o trabalho: “espero que o curso nos dê caminhos para lidarmos com uma realidade tão presente na sociedade”, “o que me motivou foi buscar maior informação a respeito da homossexualidade”, “aprimorar os conhecimentos, adquirir mais informações sobre o tema, uma vez que é um tema polêmico para se trabalhar na escola”. Buscam o grupo como forma de sanar as dificuldades, que dizem respeito à falta de conhecimento e de informação, à dificuldade de acesso a materiais que trazem informações sobre homossexualidades, ao sentimento de incapacidade para tal trabalho, além de dizerem respeito à relação com as

famílias e a falta de apoio dos demais professores da escola num trabalho coletivo. Grande parte das(dos) professoras(es) afirmou ter alunos classificados como homossexuais nas suas turmas ou escolas. Um número muito pequeno admitiu não ter casos de alunos classificados como homossexuais nem na escola nem tampouco nas turmas em que lecionam. A classificação da homossexualidade na escola é uma questão presente, mesmo porque ela diz respeito, principalmente, à construção das masculinidades. Pouco importa saber se os alunos são de fato homossexuais. O que parece ser mais importante é discutir as motivações da produção de tal discurso, como também problematizar porque ocorre, em que momento, com que finalidade, a quem ele serve, a quem afeta, que imagens e discursos estão sendo produzidos a respeito das homossexualidades, enfim, interessa desvendar os mecanismos e as relações de poder e saber que estão servindo para construir as homossexualidades.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 1998, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é importante questionar como um curso como este se inscreve no que Foucault classifica como “regime de verdade”. A verdade é produzida em diálogo com o mundo, é resultado das proibições e repressões, é produzida no discurso e nas instituições, movida pela necessidade que o poder político impõe. É objeto, difundido e consumido de várias maneiras, e circula em aparelhos de formação e informação (FOUCAULT, 1998).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os

enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1998, p. 12).

O curso nos serve para perceber como os discursos, a “verdade” e o poder são construídos na relação que se estabelece entre as pessoas, sem que ninguém seja detentor (FOUCAULT, 1998). Os discursos, para Foucault (2002), têm um passado que os organiza, uma voz que os precede. Assim, o grupo gay, como lugar de lutas e de práticas discursivas, torna-se espaço de construção de maneiras de ser e de se comportar, tanto para os seus membros como para as(os) professoras(es) que buscaram o curso. Esse artigo procurou explorar o que se mostrou como mais forte no trabalho dos grupos e na sua dedicação à educação: o seu aspecto paradoxal. Por um lado, estão abrindo caminhos e, por outro, ajudando a fazer desses caminhos, lugares-comuns, baseados na reprodução de uma sociedade com “vontade de saber”.

Por fim, cabe perguntar o quanto somos capazes de nos dar conta de que nossos movimentos de resistência são impregnados da mesmice daquilo que nos propomos a transformar. É importante que também possamos estar atentos para perceber que observar nossa mesmice não significa o impedimento para continuar buscando fazeres que possam ser, ao mesmo tempo, mesmice e ruptura. Talvez seja preciso reconhecer a mesmice em nossos fazeres para não cair na armadilha de pensar que semeamos transformação, quando no fundo estamos apenas repaginando o modo de se fazer o mesmo. Por outro lado, esta constatação não pode gerar paralisia, pois os fazeres, ainda que carreguem mesmice, também podem ser prenhes de rupturas, resistências, acontecimentos. E são nestas brechas que podemos respirar, existir, inventar. Busquemos, pois, essa reflexão permanente e atenciosa que nos leve a fazeres abertos ao acontecimento.

“DEALING WITH HOMOSEXUALITY” –
TEACHER FORMATION IN DEBATE

Heron (org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*.
Petrópolis: Vozes, 1998.

Abstract

This article has aimed the discussion of the course “Dealing with the homosexualities” organized by a gay group within the in the field of *Brazil without Homophobia Project*. From the post-structuralist perspective –, the article debates the discourses about homosexuality and the production of “truths” and “subjects” that are processed in the society, in schools and in the course.

Keywords: Homophobia. Teachers’ formation. Gay groups. Homosexuality.

REFERÊNCIAS:

ANZIEU, Didier. *O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. In: *Pro-Posições*, v. 18, n. 2(53) – maio/ago, 2007.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o ocidente – evolução das atitudes e dos comportamentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz